



Uma conversa entre duas facilitadoras

O olhar a longo prazo das práticas restaurativas

A primeira live do Projeto T-Sendo Redes, sobre a Justiça Restaurativa: Resultados e Desafios na Prática, que aconteceu em novembro de 2021, juntou a Carla Donnamaria, psicóloga do Judiciário e membro do Conselho Gestor de Justiça Restaurativa no Município de Campinas e a Simone Alarcon, advogada, conciliadora, mediadora e facilitadora restaurativa. A conversa que se desenrolou a partir da mediação da Nathália Chignoli foi muito enriquecedora e as mulheres que participaram deste evento online chegaram felizes, honradas, contentes, agradecidas, animadas e curiosas.

A Carla, nos chamou a atenção sobre como a Justiça Restaurativa, carinhosamente chamada

de JR, foca a energia no futuro e no cuidado, fortalecendo o senso de comunidade. Antes de ser prática ela nos convida para mudarmos a perspectiva de como vemos o mundo e como nos conectamos a ele. Neste sentido, a Simone nos mostrou que com a JR a relação entre vítima e ofensor vai para além desses dois agentes e engloba também a comunidade. Que quando ela utiliza dos valores e princípios restaurativos no dia-a-dia consegue encarar o cotidiano com mais leveza, seja pela empatia, sigilo, escuta ativa ou voluntariado. A conversa nos mostrou que este novo paradigma de convivência é uma renovação, pois como filosofia de vida, no qual o poder é compartilhado, nos ajuda a utilizar ferramentas para lidar com situações de conflito, pela compressão que estamos todos interconectados.

Entender a humanidade a partir da relação com os demais faz com que os danos provocados em outrem, também tenham efeito em mim. Em condições comuns, fazemos perguntas focalizando no agressor, buscamos uma punição e lidamos com o sentimento de culpa. Já em condições restaurativas, fazemos perguntas focalizando no diálogo, pela compreensão do acontecimento buscamos compreender quem foi prejudicado, nos seus valores e necessidades. A busca pela restauração nos faz procurar uma solução para o problema e o valor da coletividade é central para compreendermos a JR.

..... CONTINUA NA PG 2

Comunicação e alteridade:

A percepção de mim e do outro em situações de conflito

PG 3

A tolerância à incerteza e o processo dialógico e restaurativo

PG 5

Olhar canadense sobre a Justiça Restaurativa

PG XX

Uma conversa entre duas facilitadores

O olhar a longo prazo das práticas restaurativas

(continuação)

Em condições comuns perguntamos:

**QUEM FEZ?
O QUE A PESSOA MERECE?
QUAL A PUNIÇÃO?**

Na JR perguntamos:

**O QUE ACONTECEU?
QUEM FOI PREJUDICADO?
O QUE PRECISAMOS PARA SEGUIR
ADIANTE?**

O processo dialógico precisa garantir espaço para que todos usem sua presença como voz ativa no processo e compreendam que é uma experiência de conexão que os efeitos de abertura para falarmos das necessidades dos participantes, que apesar de ser envolver diálogo, é mais do que uma simples conversa. Trabalhamos para o coletivo, no coletivo. Com responsabilidade, podemos sair da passividade, para sermos ativos ao lidar com a **violência**.

O objetivo do encontro é para que cada pessoa fale de si, a partir da experiência do acontecido, de forma que tenha uma abertura para revelar e desvelar suas necessidades. A escuta acontece primeiro de forma individual, o que é chamado tecnicamente como pré-círculo. E o encontro entre as pessoas, também conhecido como círculo, só acontece se for possível e adequado. O acolhimento é feito dentro das possibilidades e consequências do acontecido.

Carla conta que conheceu a JR dentro do sistema de justiça quando ingressou como psi-

Seria a paz a antítese da violência? Paz negativa é quando cessa o ato de violência. Paz positiva é quando as tensões também foram cuidadas e minimizadas e as pessoas foram cuidadas durante o processo.

cóloga judiciária na equipe da Vara da Infância e Juventude de Campinas, que executa atividades internas desde 2007, em especial para adolescentes em conflitos com a lei. E que formar novos facilitadores é uma das partes da dimensão relacional do Projeto T-Sendo Redes. E evidencia que a JR precisa também alcançar instituições e organizações para que seja efetiva e legitimada, pois as práticas isoladas podem perder seu impacto quando não se entende em um contexto cultural e estrutural.

O conflito pontual pode escancarar uma dificuldade muito maior nas relações e ao abriremos para uma possibilidade dialógica é possível que as pessoas se percebam e passem a construir práticas restaurativas na própria vida, como apontou Simone. A busca

por conhecimento foi a que levou ela a conhecer as práticas restaurativas. E junto com outras duas paixões: crianças e meio ambiente, ela nos contou alguns dos desafios e superações pessoais que já passou. Vale a pena conferir em mais detalhes e até com fotos o que ela compartilhou com a gente.

O ganho da irradiação de processos restaurativos é a ampliação do valor da coletividade, a sensação de pertencimento, compreensão de que para além das nossas diferenças é possível se sentir incluído. Conflito faz parte das nossas relações e não é um problema em si. O olhar deve ser a longo prazo, não com efeitos imediatos. Lembremos que apesar da JR ser uma aposta de futuro e que é possível sairmos imediatamente contempladas, felizes e agradecidas pela possibilidade da sementeira.

Comunicação e alteridade:

A percepção de mim e do outro em situações de conflito

Conversar sobre comunicação é uma oportunidade interessante de repensarmos ações que fazemos todos os dias. O tema Processos Comunicativos e Justiça Restaurativa, foi mediado por Christian Nogueira na segunda live do projeto T-Sendo, que recebeu a Amábile Neves e o Leonardo Duarte Bastos. Começando com uma provocação saudável que questionava se por fazermos o tempo todo a comunicação é simples e eficaz. Os dois participantes trouxeram considerações muito interessantes e complementares.

Amábile é Terapeuta Ocupacional e dentro do seu campo de estudo compreende a comunicação com

Ou seja, a comunicação se encaixa dentro de ações que fazemos automaticamente como nos foi ensinado ao longo da vida.

parte do fazer humano.

E estas, por serem tão corriqueiras e repetitivas normalmente não são pensadas e elaboradas conscientemente. Mas há uma complexidade surpreendente nos fazeres humanos e isso inclui a comunicação. Ela explica como esse fazer está inserido em um contexto, que apresenta formatos específicos: como as pessoas falam, qual a origem dos agentes, quem fala, para quem se diz e como se expressam. Resumidamente, “a pessoa vai contar aquilo para você, porque é você, para outra pessoa ela poderia contar aquilo de outra forma”.

E dentro desta equação comunicativa entra também os vários significados e pesos diferentes que uma mesma palavra pode ter em diferentes situações. Leonardo trouxe a concepção que houve um tempo que se compreendia que as palavras eram unidades universais de significado, ou seja, a mesma palavra sempre significava a mesma coisa e a partir da partilha dos significados se poderia partilhar ideais

comuns e únicas. Mas com o desenvolvimento dos estudos da linguagem se percebeu que as palavras têm significados distintos em lugares diferentes.

As palavras não estão neutras às nossas emoções e muito menos ao ambiente em que são ditas.

Um juiz, por exemplo, em tribunal pode usar a palavra justiça e ela vai ter um peso dentro daquele espaço, mas uma mãe usa a mesma palavra ao clamar por resolução de um crime que envolve seu filho, mesmo se estiver no mesmo espaço, vai trazer outro conjunto diferente de significados para a mesma palavra.

Ao vermos o conflito pelo viés comunicativo, é possível perceber uma complexidade que envolve histórias e necessidades. E dentro da política de assistência social é importante estarmos abertos para entender os indivíduos para além da violência e da vulnerabilidade. Percebendo-os como pessoas cheias

de processos históricos é possível compreender esse sujeito e pensar numa proposta de intervenção que ampare de uma maneira mais integrativa e restauradora, como oportunidade de fazer novas descobertas e ressignificações.

Para além do cuidado com o outro podemos fazer da comunicação também uma possibilidade de repensar nossa presença no diálogo. Em um caminho de autoconhecimento e cuidado, posso utilizar da comunicação como uma maneira de aprender a estar presente nas relações. Ao falar de mim e me observar na frente do outro, mobilizo a interação comunicativa para as minhas necessidades pessoais e mudo o ângulo que observo a conversa. Em vez de só reagir e compreender as trocas pelo que o outro me diz, observo o que há em mim que precisa ser escutado.

Os conflitos tendem a nos envolver de uma maneira muito intensa. Compreender ele dentro de parâmetros punitivos, envolve todos em uma polaridade de certo ou errado, ou seja, para alguém ganhar, outro vai precisar perder. Mas as chances das duas partes no fim das contas saírem perdendo por não terem suas necessidades ouvidas e acolhidas é grande. Se coloco a alteridade dentro de um olhar competitivo

tendo a cair em duas armadilhas: ou observo o outro pelo viés etnocêntrico (em que sou melhor que o outro), ou desqualifico meu conhecimento e quem eu sou (pois entendo o outro como melhor). É enraizado em nós que quando há discordância eu devo punir alguém pela diferença, que pode estar no outro ou em mim. Já a concepção da retribuição procura equivaler dores, de forma que o outro sinta a dor que ele causou.

A gestão do conflito em uma cultura de paz leva ao autoconhecimento e ao desenvolvimento das pessoas.

Alteridade é dialogar e estar junto daquele que é diferente de maneira a estabelecer parceria, ou seja, é estar de encontro com o outro, valorizando a sua parte e do outro de uma maneira saudável, para que a troca seja benéfica para ambas as partes. Restaurar um conflito é como desentupir um fluxo: ao falarmos sobre um problema e os sentimentos e necessidades que ele trouxe se dá passagem para a dor e para que as feridas do acontecimento sejam superadas. Manejar o conflito de uma forma restauradora abre a possibilidade de seguirmos adiante sendo transparentes conosco.

“

Para além do cuidado com o outro podemos fazer da comunicação também uma possibilidade de repensar nossa presença no diálogo”

A tolerância à incerteza e o processo dialógico e restaurativo

Três processos de JR em casa de acolhimento rondonienses

Buscar o que há de mais humano nas pessoas é um princípio no trabalho desenvolvido pela Karin Kansog - seja como professora de Língua Portuguesa, acadêmica de Linguística ou facilitadora de práticas dialógicas e restaurativas. A experiência diversa de docência da Karin como professora de português, a instigou a procurar formas de aprimorar a sua comunicação pessoal para qualificar o seu trabalho.

Entre aulas para estrangeiros, adultos de diferentes classes sociais e adolescentes no ensino médio, ela acabou participando - desta vez como aluna - de um curso de mediação com abordagem reflexiva e transformativa. Aproveitando os conhecimentos adquiridos, Karin passou atuar também dentro do Fórum de Santo Amaro (SP) como mediadora de relações familiares que envolviam idosos.

Ao lidar com algumas complexidades dos casos que iam aparecendo, Karim decidiu ir em busca de uma ferramenta de trabalho que conseguisse envolver situações mais complexas e fez um curso de facilitadora e multiplicadora de Justiça Restaurativa (JR), com a equipe Justiça em Círculo, na cidade de São Paulo. A experiência com JR expandiu sua atuação como professora: além de transformar a relação na sala de aula, Karin desenvolveu o curso Diálogos Transformadores, em que compartilha maneiras de conversar de forma mais produtiva e conectiva, seja para a vida pessoal, quanto profissional.

No dia 25 de março, a Karin, à convite do Projeto T-Sendo Redes conversou com o CEI sobre três experiências que teve como facilitadora de círculos, que envolviam o sistema judiciário e situações diversas em casas de acolhimento em Rondonia, atual estado de residência

da Karin. A composição de experiências para além de mostrar as diferenças e similaridades dos casos é relevante para pensarmos as complementaridades entre as vivências e como **práticas em sequência levam ao amadurecimento do facilitador.**

O primeiro caso trazido por Karin, envolveu uma casa de acolhimento no cerne da sua instituição, pois um pedagogo foi acusado de assediar sexualmente um dos adolescentes que estava abrigado. Apesar da complexidade do conflito, a sua resolução ocorreu após dois círculos: o primeiro foi feito com o grupo de adolescentes envolvidos na situação, o pedagogo acusado e uma psicóloga que trabalha dentro da casa de acolhimento e o segundo círculo foi realizada com os trabalhadores vinculados à instituição, desde a secretária da assistência social, coordenador, equipe técnica e cuidadores sociais.

O trabalho realizado na segunda casa envolvia a guarda de um menino que estava abrigado há nove anos e prestes a completar a maioridade. Ou seja, estava em vias de sair da casa de acolhimento, mas por ter deficiência intelectual e instabilidade emocional, necessitava de adultos para fazer uma mediação na vida cotidiana.

Neste processo, foram definidos os representantes de todas as instituições envolvidas no caso e os familiares e pessoas próximas de referência do adolescente. Mas como esse grupo reunia muitas pessoas de diferentes espaços, foi decidido coletivamente que haveriam dois círculos: um principal, com quem estivesse envolvido nas relações pessoais com o menino e outro reflexivo, com coordenadores, técnicos e secretários. O segundo grupo foi criado para dar amparo, com ideias e propostas e também acompanhar o desenvolvimento do processo, mas ambos tinham a mesma finalidade de encontrar soluções e alternativas pensando nos múltiplos cenários e possibilidades.

Depois de nove encontros, alguns percalços e ajustes, foi possível encontrar estratégias para a reintegração dele. O adolescente já

estava maior de idade e iria morar com o pai e a madrasta, mas esse acordo só foi possível de ser feito pela compreensão que a reintegração dele não se encerrava em uma única casa e que existia uma rede de apoio capaz de ampará-lo quando os acordos precisassem ser refeitos.

Já o caso de Luciana chegou com expectativas complexas de resolução. Ela tinha quatorze anos de idade, dez anos de acolhimento e um contato irregular (às vezes inexistente) com a mãe. Há algum tempo ela vinha sendo colocada como uma menina brilhante que não conseguia se controlar emocionalmente, colocando outras pessoas e ela mesma em risco.

O processo de resolução deste caso foi interrompido com a pandemia, que declarou o lockdown em 17 de março de 2020. Mas antes disso, foram realizados 13 encontros no total, com dezoito pessoas envolvidas. Ou seja, uma grande rede foi acionada, e aos poucos as pessoas foram entrando no grupo, se revezando na participação. As nove primeiras reuniões foram feitas para compreender a complexidade da situação e a partir da oitava reunião a mãe deixou de participar do círculo por questões

pessoais. No plano ideal, se esperava que a Luciana fosse reintegrada com a mãe e apesar disso não ter acontecido por completo, é importante avaliar, que houve uma aproximação entre as duas.

Um dos grandes ensinamentos que essa sequência de processos trouxe a Karin é que **a tolerância à incerteza é necessária para a realização de círculos**. Nós começamos os processos dialógicos a partir de um conflito e nos mantemos nele junto da possibilidade de irresolução. E neste sentido, o Sidnei Domini-cheli, que acompanhou a live, trouxe que “o facilitador não é responsável pelo resultado do círculo, apenas conduz a facilitação para que os atores tenham um espaço seguro para se manifestarem. O resultado do círculo é a construção feita pelos autores”.

Você também pode assistir esse bate-papo mediado pelo Christian Nogueira, coordenador do Projeto T-Sendo, no canal do YouTube do CEI. A live está salva como *_Diálogo e JR em casas de acolhimento rondonienses três casos*. Aproveite para assistir e saber mais detalhes sobre esta experiência.

Olhar canadense sobre a Justiça Restaurativa:

perspectivas filosóficas e práticas na CSJR

Conhecer outros lugares que aplicam a JR no cotidiano nos ajuda a repensar e revisar nossas práticas e com muito entusiasmo a Manon Manezod, representante do The Centre for Services in Restorative Justice (CSJR), falou sobre o trabalho realizado na província de Quebec, no Canadá. Ela chegou em uma live do Projeto T-Sendo se apresentando: “Olá, tudo bem? Muito bem-vindos ao Quebec, estou muito contente em falar com vocês em português. Vou apresentar em inglês. E a gente vai ter um bom momento de aprendizagem”. A recepção foi feita pelo Leonardo Duarte Bastos, superintendente do CEI, e a tradução simultânea pelo Marcelo Carlos. Este encontro bilíngue e online foi transmitido no canal do YouTube do CEI.

A história da justiça restaurativa canadense tem como primeiro marco o encontro com adolescentes na tentativa de evitar a criminalização em 1974. Já em Montreal (cidade da região de Quebec) o pri-

meiro encontro ocorreu em 1990, com base em um crime não-relacional. Hoje em dia, o contexto da prática da justiça restaurativa no Quebec pode ser entendida de duas formas: como uma filosofia, que se aplica nas formas de pensar e agir na própria vida ou como modo de ação. Na primeira forma, as experiências de conflito que aparecem durante a vida são encaradas como oportunidade para amadurecimento e responsabilização dos próprios atos e posturas. A segunda forma é uma prática de aproximação para lidar com questões criminais, falaremos mais sobre.

Consideramos que **quando um conflito acontece ocorre desequilíbrio dos poderes entre a vítima-ofensor e uma das motivações da Justiça Restaurativa é pensar em como reestruturar equilíbrio**. A CSJR utiliza como referência os ensinamentos de Howard Zehr, que foca mais nas consequências do crime,

do que na lei propriamente dita. Os processos oferecidos pela instituição fornecem suporte para o ofensor entender, aceitar e assumir suas responsabilidades, enquanto viabiliza a autonomia da vítima, de maneira a considerar equidade entre as partes para restabelecer equilíbrio. Apesar de algumas pessoas utilizarem seus projetos como medida complementar ao sistema de justiça, o CSJR é independente do sistema judiciário canadense.

A organização tem três frentes de trabalho que atuam tanto nas comunidades como nas penitenciárias do Quebec. As oficinas e workshops acontecem nestes dois ambientes e podem ter públicos específicos. Já as campanhas para conscientização e divulgação sobre a justiça restaurativa tem como objetivo atingir principalmente a comunidade e são as apresentações em universidades, participação em eventos especiais e presença na mídia. E por último, temos os encontros presenciais chamados, em tradução livre, de encon-

tros cara-a-cara. Manon foi muito didática ao explicar as diferentes abordagens possíveis de utilização de JR, as conferências com a comunidade e com as famílias ocorrem principalmente em contextos indígenas, mas há também os encontros com mediação, círculos restaurativos e encontros de crimes relacionados ou não-relacionais.

Nos encontros relacionais, a vítima tem contato direto com o infrator do crime, mas no encontro não-relacional o contato é feito com pessoas que estão envolvidas no mesmo tipo de crime, mas são atores diferentes de situações distintas. A participação nos encontros é organizada de maneira voluntária por todas as partes, que através do diálogo e fazem um compartilhamento subjetivo e objetivo das suas experiências. Há uma série de regras específicas para o processo funcionar de uma maneira segura para todas as partes envolvidas. Ou seja, é definido regras, aplicado confidencialidade, preparo de todas as partes, com suporte para ambas e seleção dos participantes, para garantir estabilidade física e emocional de todas as partes envolvidas.

Os encontros são pensados em uma estrutura circular que inclui a vítima (direta ou indireta), o ofensor, alguém da comunidade e mais dois facilitadores

selecionados e treinados. Há diferentes critérios para o infrator participar, pois para além da vontade de reparação, o ofensor precisa entender o crime e suas consequências e se responsabilizar pelo que foi feito. Já a vítima precisa estar disponível para compartilhar sua história, as consequências e impactos a partir do ocorrido. Um dos pontos fundamentais que Manon frisou é que as pessoas precisam estar conectadas profundamente com o seu emocional para que o processo aconteça. **E o objetivo é o diálogo, não o perdão ou a cura, que podem ser um resultado colateral, mas não é o resultado esperado.**

Esse modelo pode ser usado para todos os crimes, sejam crimes leves ou graves, a única exceção em que não se usa essa abordagem são para os casos de violência doméstica, porque neste tipo de crime há um desequilíbrio muito grande.

Manon pontuou que o dano do conflito nunca será “consertado”, ou seja, não será restaurado ao nível anterior. E que não é possível sabermos de antemão ao encontro qual o tipo de resultado que ele trará, pois é algo impossível de controlar e prever. **As estratégias de diálogo são feitas para que a vítima tenha**

possibilidade de recuperar algum poder que foi perdido durante a ofensa. E os efeitos positivos do processo variam, mas em uma perspectiva ampla os ofensores acabam desenvolvendo mais empatia com as vítimas ao ouvirem sobre as consequências dos seus atos, o que ajuda a evitar a reincidência, além do efeito de orgulho de ter passado por um processo restaurativo. A comunidade acaba tendo um envolvimento importante, principalmente na mudança de mentalidade ao se ver como parte do processo de conflito, entender o ofensor como pessoa e em uma compressão mais complexa sobre o ser-humano como um todo.

Apesar da longa caminhada que o Canadá já tem com a justiça restaurativa, Manon considera que ainda há muita coisa a ser feita. Sabemos que cada passo nessa jornada é importante, por isso o trabalho a longo prazo da JR precisa ser aplicada constantemente, seja por filosofia ou ação prática de intervenção. Olharmos para outros caminhos nos ajuda a mobilizar interna e coletivamente horizontes possíveis. Você pode conferir em mais detalhes essa conversa no canal do CEI Campinas, lá no YouTube.